

Os crúzios de Viana do Castelo e a sua expressão artística

ISABEL MARIA RIBEIRO T. DE PINHO¹

Resumo

A BELEZA REDIME O HOMEM

NA OBRA SE ESCONDEM OS ERROS

NA IGNORÂNCIA QUE TUDO APAGA, CRIA-SE O MITO

“Os edifícios religiosos formam a quase totalidade do património construído de Portugal. No norte do país, fortemente povoado, nasceram conventos e mosteiros de variadas dimensões e observâncias religiosas. Muitos deles já desapareceram. Apenas as igrejas permaneceram tornando-se o centro das comunidades que em torno deles cresceram. São a expressão de estilos e escolas. A igreja dos Crúzios de Viana seria única. Se tivesse sobrevivido depois de terminada apresentar-se-ia como o exemplo de uma estética austera, erudita e colossal. Um caso invulgar num ambiente dominado por um Barroco regional e emotivo.”

Abstract

Beauty redeems humanity

In their achievements errors are hidden

In their ignorance, which erases all things, the myth is created

“The religious edifices constitute nearly all the remaining Portuguese Heritage. In the densely populated north of the country, convents and monasteries in various dimensions and religious observance were born. Most of them are gone now. Only the churches still stand having become centres for the communities which were growing around them. They are the expression of a style and several schools. The case of the “Crúzios” in Viana do Castelo is fairly unique. Had it survived, after being completed, it would have been the example of an austere erudite and colossal aesthetics. It would have been uncommon in surroundings dominated by local and emotional Baroque.”

¹ Mestre em História da Arte em Portugal pela FLUP

Um enorme centro comercial, com o sugestivo nome de “Estação”, abafa o velho edifício ferroviário de Viana do Castelo. Os traços clássicos relembram os primeiros tempos do comboio em Portugal. As estações foram então as catedrais do progresso e substituíram em muitos casos, impiedosamente, obras de maior envergadura material e espiritual. Nesses tempos a estação de Viana dominou de forma altaneira, devido ao local elevado, a principal artéria da cidade e a própria cidade. Hoje desaparece por entre o desenvolvimento urbano e vai mirrando à sombra da enorme construção que a envolve e asfixia e do abandono a que foi votada, como coisa já sem préstimo, na era dos foguetões. Transposto o átrio encontramos-nos na fachada fronteira que domina, do alto de uma escadaria, a Av.dos Combatentes. Dali se avista de imediato o rio Lima, ao fundo. O edifício surpreende não pelo tamanho mas pela forma e pelo remate, uma coroa. Lembra uma pequena igreja de tipo inglês, com torre ao centro.

Naquele lugar ergueu-se em tempos um mosteiro de monges Agostinhos. Para além disto pouco ou nada mais se sabia. Inclusivamente ficara a ideia de que o edifício fora adaptado, pelo menos parcialmente, donde o seu aspecto religioso. Na verdade a resposta veio de velhos documentos, há muito esquecidos, que desvendaram parte do mistério.

A fundação da Congregação d’Os Cónegos Regulares de Santo Agostinho está bem documentada na *“Crónica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho”*, de Frei Nicolau de Santa Maria, que vai avisando o leitor da confusão estabelecida com os Eremitas de Santo Agostinho. O erro devia-se ao facto de muitos dos seus conventos e mosteiros terem sido cedidos ou convertidos para outras Ordens. Diz aquele autor ter a Ordem nascido em Jerusalém pela mão do primeiro bispo da cidade, Santiago Menor e não fundada pelo Evangelista S. Marcos, primeiro bispo de Alexandria, como se pensava. Estes irmãos tinham como missão coadjuvarem bispos nas dioceses e colegiadas e os abades e priores nos mosteiros e conventos ².

A denominação teve origem no nome do primeiro prior de Santa Cruz de Coimbra (Casa Mãe) e natural de Entre Douro e Minho, que se pretendia honrar. Esta decisão saiu do Capítulo Geral de 1628. Segundo Figueiredo da Guerra a documentação oficial desta fundação de Viana encontrar-se-ia nos Livros de Registo da Câmara nº3, fls. 60vº e seguintes, nº13 fls 103 e seguintes³: *“Por alvará de 21 de Janeiro de 1627 concede elrei licença ao Prior Geral de Santa Cruz de Coimbra para edificar um Mosteiro em Vianna. A Comarca fez em 12 de Outubro de 1629*

² *Crónica da Ordem dos Cónegos Regrantes do Patriarcha Santo Agostinho*, Lisboa, 1668, Livro I, 1ª parte, Cap.III

³ No ADB existe um documento que dá conta deste assunto, registado no livro 3º, fls 60vº a 65 e fls. 103 a 112 do Regimento Geral da Câmara de Viana. O lugar foi demarcado pelos oficiais da Câmara, vereadores e Juiz de Fora, salvaguardando a água pública que corria dentro da demarcação por um aqueduto que *“bia e vai ao cruzeiro de S.Domingos”*. ADB, *Fundo Monástico*, CR-186, doc.30.

auto de vistoria ao sitio destinado ao novo mosteiro de S.Theotonio e à cerca". Sobre a tomada do baldio do monte de Santa Luzia dever-se-ia consultar o Livro de Registo da Câmara nº13, fls.109vº e o processo do 3º officio da Comarca de Viana. Este processo foi intentado pelo pai de Figueiredo da Guerra contra a marquesa de Terena por causa da água da mina do Espinheiro que parece ter sido cedida ao mosteiro pelas autoridades civis⁴. Durante a paralisação das obras (1646/1756) a Câmara voltou a dispor do terreno que distribuiu pelos munícipes. Assim quando a construção teve novo fôlego a autarquia viu-se na iminência de lançar mão do baldio na tentativa de indemnização, que teve funestas consequências.

A missão de levantar um novo mosteiro foi confiada a D.Miguel de Santo Agostinho, novamente eleito em capítulo, que com licença do rei Filipe III, se lançou na empreitada. Pretendia-se um lugar alto e com água. Após a escolha o Prior Geral mandou vir o arquitecto do rei (não diz quem)⁵ e a primeira pedra foi lançada em 5 de Agosto, dia da Senhora das Neves, de 1631. Estiveram presentes o então Prior Geral D.Jerónimo da Cruz e o Primaz de Braga, ao tempo D.Rodrigo da Cunha que trouxe consigo os músicos da Sé de Braga e vários ornamentos para abrilhantar a cerimónia.

Para custear as obras desviaram-se as rendas dos mosteiros de S.Simão da Junqueira (Vila do Conde), Santa Maria de Mohia e S.Martinho do Crasto ambos em Ponte da Barca, totalizando 3 000 cruzados.

A obra começou pela portaria *"muito grande e fermosa pera fazerem della Igreja por entretanto, por ser de abobada e ter sua capella, a qual acabada, com mais seis cellas de dormitório pera se recolherem os religiosos conegos, ordenarao de se passar pera outro mosteiro o que fizerao no principio de Julho do anno de 1642 e pera celebrar a primeira missa assinarao o dia sinco de Agosto que foi o mesmo em que se lançou a primeira pedra no anno de 1631"*⁶.

D.Miguel era então Vigário Geral da Ordem, nomeado por Urbano VIII. Fora Prelado do Mosteiro de Viana e por isso mandou fazer em Lisboa um relicário de prata *"sobredourado"* para a relíquia de S.Teotónio, *"uma cana de seu braço"*. A peça tinha a forma de uma pirâmide: o corpo era de vidro para que a relíquia fosse visível em todo o perímetro, com o remate superior em prata. No topo uma imagem do santo sobre um globo de estrelas, também de prata (existirá ainda, onde?). Custou *"mais de 130 000 réis"* e foi levado aquando da primeira missa. Presentes todas as autoridades civis e religiosas e o próprio Vigário Geral a quem o rei endereçou uma missiva. As festas de entronização da relíquia no mosteiro foram brilhantes, tomando parte nelas as embarcações no rio e no mar. A relíquia

⁴ AMVC. *Fundo não classificado de F.da Guerra*.

⁵ *Crónica da Ordem ...*, Liv.VI, 1ª parte, pp.343 e seguintes. Viemos a descobrir numa obra de Paulo Varela Gomes, que ao tempo este arquitecto era Luís de Frias, falecido em 1641.

⁶ Idem, *Ibidem*.

chegou a Viana em 1642, num barco que acostou a Darque. Sob um rico docel armara-se “*hum bem ornado altar dentro de hũa fermosa charola....*” na popa da embarcação. Uma vez em terra o acompanhamento fez-se com música e tiros de mosquete respondidos de igual modo pelos barcos atracados e pela artilharia do castelo e da fortaleza. As ruas estavam ornamentadas com altares e arcos triunfais colocados no início dos percursos.

A procissão seguiu para S.Domingos debaixo de um majestoso pálio de oito varas de prata que os cónegos haviam levado da matriz. Incorporaram-se todos os “*Guioens e Cruzes da villa e seu termo com toda a clerezia, todos os religiosos do convento do Patriarcha S.Domingos e sua Cruz....*”. Acompanharam igualmente a procissão os frades de S.António e os Carmelitas Descalços que “*conforme a seus Estatutos não podem fazer acompanhamento em forma de comunidade. Íam também todos os quadros que costumava ir no Corpo de Deus. Após a chegada da Relíquia se fez a primeira Missa.*”⁷ Um religioso da Congregação, D.Pedro Arraes de Mendonça compôs um curioso folheto de 161 folhas que publicou em Lisboa em 1643, a relatar as festas em Viana, para o recebimento da relíquia de S.Teotónio.

A fundação deste efémero mosteiro está relatada pela mão de Luis Figueiredo da Guerra em *O Archivo Vianense*⁸, que já é uma raridade e é totalmente omissa quanto às fontes bibliográficas, o que era norma. Pensamos no entanto terem sido os livros camarários atrás referenciados. Como actualmente não parece serem localizáveis pela sucessiva mudança de local e as consequentes “perdas” entre eles e acrescentando a dificuldade de acesso aquela obra, contaremos resumidamente o que aquele eclético autor desenvolveu, para além das informações que nós próprios recolhemos dos documentos oficiais disponíveis.

Como ficou dito a ideia de fundar um mosteiro em Viana foi da responsabilidade de D.Miguel de Santo Agostinho aquando da sua terceira nomeação como Geral da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, dedicando-o ao primeiro prior da sua Ordem. A provisão régia foi obtida do rei Filipe III, em 21 de Janeiro de 1627, assim como a forma do custeio das obras. Iremos agora seguir Figueiredo da Guerra, embora não tenhamos senão como confirmação bibliográfica alguns documentos depositados no ADB.

O lugar escolhido foram os penhascos no arrabalde da Portela por detrás da igreja de Monserrate e que se estendiam desde a rua de Santa Luzia à quinta de Pedro de Melo (Camarido), até à quinta de Valverde⁹. D.Miguel comprou terreno para hortas e o Senado da Câmara cedeu um espaço que ía da cerca das Ursulinas à capela de Nossa Senhora da Conceição e desta à rua de Santa Luzia, abrangendo

⁷ *Crónica da Ordem...*, Livro VI, I parte, pp. 343 e seguintes.

⁸ GUERRA, Luis Figueiredo, *Archivo Viannense*, Vianna, 1895, pp.39/43 e 56/58

⁹ Idem, *Ibidem*, p.39.

toda a quinta das freiras do Recolhimento dos Santos Mártires, baterias e quintas circunvezinhas, pinhal e quinta dos Brochados, com as penedias da Portela de Cima¹⁰. Foi após a entrega desta área que se iniciou o templo. Mas a obra não avançou e em lugar disso construíram-se casas com quintais com uma capela adjacente, a dos Santos Mártires¹¹

A planta previa imponente construção e em 1643, doze anos após de terem sido abertos os alicerces, gastara-se já 12 contos de reis para alargamento da área existente. O autor diz ser o edifício imponente porque o conheceu, ou o que dele se concluiu. Também Frei Nicolau dá uma ideia na sua apreciação de “fermoso”. Foi inaugurado ainda mal tinha sido iniciado, em 1630. A horta foi cercada de um muro e a igreja nova foi improvisada com vigas e velas de navios à maneira de uma tenda. Já sabemos que a cerimónia contou com os músicos e as alfaias vindas da Sé de Braga, com a autorização e a presença do Primaz D.Rodrigo da Cunha que benzeu a primeira pedra. Foi este testemunho colocado no alicerce aberto, que deveria ter sido o cunhal direito¹² da porta principal. A inscrição em latim declarava ter sido o templo edificado no tempo de Urbano VIII e no reinado de Filipe III e lançada esta primeira pedra por D.Rodrigo da Cunha, Primaz das Espanhas e D.Jerónimo da Cruz Geral da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, em 8 de Agosto de 1630. Seguiu-se a missa participada por nobres, militares, a cleresia dos mosteiros regulares e muitos populares. Sob a orientação de D.Miguel, que sucedeu a D.Jerónimo, o mosteiro tomou a fisionomia que teve até à demolição.

Tão grande empreitada requeria grossas verbas e os cenóbios anexos não comportavam rendimentos equivalentes. Por outro lado os sucessores de D.Miguel herdaram-lhe a ambição mas não o zelo. As sucessivas guerras da restauração, mas sobretudo o desvio das verbas para S.Vicente de Fora, colocaram as finanças em desequilíbrio e nos finais do século XVII em S.Teotónio de Viana estavam dois religiosos e pouco se havia adiantado.

O arcebispo D.João de Souza perante a iminente decadência ordenou a reedificação de S.Simão de Junqueira (Vila do Conde), desanexando-o do de Viana. As rendas dos anexados passariam para ele. O falecimento do Arcebispo deixou tudo na mesma. No entanto invertia-se o problema, a extinção de Junqueira em favor de Viana.¹³

Na capela capitular que servia de igreja ao mosteiro foi colocada em 1682 a imagem de Nossa Senhora dos Remédios com confraria própria. Entre 1646 e 1756 o terreno cedido à Ordem, com aproximadamente 15 hectares entrou em abandono

¹⁰ Idem, *Ibidem*. Estas confrontações podem observar-se nos desenhos feitos pelo punho de F.da Guerra.

¹¹ ADB, *Fundo Monástico*, CR-186, doc.30

¹² Na planta nº2 pode observar-se este pormenor.

¹³ Cláusulas da fundação dadas por D.Henrique e o Alvará de 21 de Janeiro de 1627.

e foi sendo aforado e repartido pelos munícipes. Neste “primeiro período levantou-se o corpo principal da construção com uma fachada de 15 metros de alçado, em dois andares com 10 janelas bem rasgadas em cada pavimento e seguido ao nascente pelo frontispício da igreja de estilo clássico, simples mas de proporções colossais que nunca passou dos balcões das janelas superiores, medindo a casa 48 metros e o templo 30 que prefazem um comprimento total, na frente exposta a sul de 78 metros”¹⁴.

Em 1756 começa o segundo período do mosteiro vianense. Os Acordãos da Câmara daquele ano registam-no na folha 65vº. D.Francisco da Anunciação Dom Prior Cancelário Reformador dos Conegos Regulares de Santa Cruz de Coimbra toma em mãos continuar o mosteiro de S.Teotónio, “*augmentando-lhe a arca*”. Chamou a ele grande número de indulgências e jubileus e mandou para Viana mais irmãos, para o que pediu permissão em 21 de Agosto daquele referido ano. A Dom Inácio da Encarnação, prior de S. Teotónio, foi permitido fechar um caminho público para, em 1757, continuar a construção da capela mór e dar forma ao templo. A Câmara cedera a água em 17 de Novembro do ano anterior¹⁵ e designara igualmente uma nova área, “*a sul do monte de Santa Luzia, que na parte superior era baldio, adquirindo, por compra os cónegos, os pinbais do vedor geral Manuel Bento Brochado e da quinta de Valverde, cuidando imediatamente de cercar tudo com muros*”¹⁶. Também ficou acordado com a Câmara que no baldio situado entre o caminho para a capela de Santa Luzia e a estrada para a Arioza se não permitiria qualquer construção para que a clausura permanecesse inviolada¹⁷.

A questão dos baldios foi sempre muito cara aos povos e a sua ocupação considerada uma afronta. Inicialmente ninguém se queixou, mas depois, talvez espicassados por Joaquim Pereira da Silva cujos caseiros se viam na impossibilidade de recolher estrume e pasto para o gado com a nova demarcação, lembraram-se que também o caminho para a capela de Santa Luzia ficara interdito e o protesto fez-se ouvir, subiu de tom ao ponto de ter como resposta um alvará régio de 23 de Julho de 1766, que ordenava às autoridades locais a restituição aos concelhos dos bens aforados ou alienados, sem licença régia, desde 1745¹⁸. Assim

¹⁴ GUERRA, Figueiredo, *Archivo Viannense*, p.42. A esta descrição corresponde o desenho efectuado por F.Guerra que é provavelmente a única imagem deste edifício totalmente arrazado e de que não existem registos fotográficos. Foi publicado “Esboço Histórico de Vianna do Castelo”, Coimbra, 1877.

¹⁵ A Congregação solicitava a utilização exclusiva de uma bica de água. Nas imediações havia várias saídas de água uma “*que dava para o sítio de Bellurdes e havia também dois chafarizes, um na rua Pedro de Mello e outro junto ao Recolbimento das Recolbidas*”. ADB, *Fundo Monástico*, CR -186, doc.1 (século XVIII). Por outro lado os moradores, ali, eram poucos. Houve consenso entre os intervenientes incluindo por parte das religiosas de Santa Ana.

¹⁶ GUERRA, Figueiredo, *Archivo Viannense*, p.42.

¹⁷ ADB, *Fundo Monástico*, CR-186, doc 17 (1756).

¹⁸ Os baldios que eram reguengos pertenciam aos moradores por contrato de D.Afonso III e confirmado posteriormente no Foral por D.Manuel. Eram terras isentas de foro. ADB, *Fundo Monástico*, CR-186, doc.30.

as paredes que vedavam o monte foram derrubadas desde a fonte dos Mouros e Espinheiro até às tapadas de S.João de Arga e o terreno voltou ao domínio público. Apelaram os Cónegos para a Relação do Porto que lhes era favorável, apelaram os munícipes para o Desembargo do Paço, a um fidalgo parente do ministro José Ricalde Pereira de Castro que fez expedir a Provisão referida de 1766. Assim em 22 de Dezembro de 1767 foram os Cruzios intimados a abandonarem o mosteiro no prazo de oito dias sem prorrogação¹⁹. Partiram de Viana em meados de Janeiro de 1768 para Mohia e depois dispersaram por vários outros mosteiros. A narrativa desta diáspora está entre os papéis de F.da Guerra. No entanto fizemos alguns acrescentos de informação que recolhemos no Arquivo Distrital de Braga. Estamos de resto convencidos de que a questão dos baldios terá servido de bom pretexto. Por um documento de 1757 ficamos a saber que no mosteiro de S.Teotónio se fazia contrabando ou se dava cobertura a esta actividade. O teor é uma Ordem Régia, ameaçando de expulsão e desterro a cobertura dos contrabandistas e aconselhando mesmo a denúncia de tais actos²⁰.

Depois “*O convento e a cerca passaram para a coroa, sendo arrendados por 30.000 reis anuais ao general governador da provincia, conde de Bobadela, até ao ano de 1770 em que os bens particulares foram outra vez restituídos à Congregação e vendidos com todas as mais casas suprimidas de Paderne, Refojos, Landim, Caramos, Vila Boa do Bispo, Junqueira, Moreira e Grijó (por Bula de Clemente XIV, a instâncias de D.José I, expedida em 1771, foram extintos 12 mosteiros de Conegos Regrantes de Santo Agostinho), cujos religiosos se recolheram a Mafra naquele ano.*”²¹ Aos Arrábidos restou a conversão ao novo hábito ou a saída. Neste segundo período os Cruzios estiveram apenas 11 anos no mosteiro de Viana²². Os bens das casas encerradas reverteram para Mafra²³

O edifício foi à praça e Baltazar Jacome do Lago Bezerra ofereceu 1 550 000 reis. O lanço foi coberto por ordem de José Ricalde, segundo se disse, para o seu cunhado Joaquim Pereira da Silva²⁴ que desistiu dele. Um senhor de apelido Paredes adjudicou-o e depois, por falta de dinheiro, rejeitou-o. Comprou-o uma

¹⁹ Os padres Cruzios pediram providências para proteger o convento e cerca, solicitando uma certidão a desresponsabiliza-los de futuros vandalismos – destruição das culturas e roubos. ADB, *Fundo Monástico*, CR-186, doc.19.

²⁰ ADB, *Fundo Monástico*, CR-186, doc.18.

²¹ O convento de Mafra foi concedido aos cónegos de Santa Cruz de Coimbra por Breve de Abril de 1770 (Clemente XIV). Os Franciscanos menores de S.Francisco (Reforma de S.Pedro de Alcântara) que ali habitavam foram por aquele Breve forçados a trocar de hábito e a passarem a Agostinhos, como nenhum o fez foram “despejados” em 3 de Maio de 1777, dispersando-se pelos seus outros conventos espalhados pelo país.. Aos cónegos foi permitido manter as suas casas da Serra do Pilar, S.Vicente de Fora, Santa Cruz de Coimbra e o Colégio da Sapiência. COSTA, Américo, *Dicionário Chorographico*, vol.VII, p.1465.

²² GUERRA, Figueiredo, *Arquivo Viannense*, pp.56/57.

²³ COSTA, Américo, *Dicionário Chorográphico*, vol. VII, pp.1456.

²⁴ Este personagem terá desencadeado todo o processo de expulsão como atrás ficou patente.

mulher de Geraz do Lima, caseira de uma quinta de Luis do Rego, por 1 400 000 reis. Posteriormente passou para as mãos do Cardeal da Cunha, em 1773.

Quando os Cruzios voltaram a Refojos em 1780 foi-lhes permitido transformar o mosteiro de S. Teotónio de Viana, em hospício para frades inválidos e doentes. Entre 31 de Janeiro de 1812 e 3 de Março de 1823 serviu de hospital militar por ter ardido o da Misericórdia. De 1826 a 34 foi administrado por um Cónego da colegiada da Matriz. O edifício até à sua demolição ficou sob a tutela do Ministério da Guerra como dependência do quartel de infantaria nº3 e o resto da cerca foi expropriada pela Câmara Municipal para lavadouros públicos²⁵.

“À tentativa do século XVIII pertencem a ala ocidental do mosteiro mal construída, como ainda se pode avaliar do topo que resta, os corredores internos, as paredes colossais do corpo, o cruzeiro da igreja, concluindo-se a soberba escadaria que comunicava os pavimentos.

No convento e suas oficinas se dispenderam quarenta e tantos contos de reis, apesar de ser necessária igual quantia para a sua conclusão.

Na avaliação dos Proprios Nacionais ao edificio deram o valor de 3 600. 000 reis, à cerca 450. 000 e 100.000 reis, à mata dos Brochados, boje unida a Valverde.

Ultimamente tendo-se projectado a estação do caminho de ferro n'esta cidade, foi escolhido o lugar dos cruzios: o magnífico edificio começou a ser demolido em Agosto de 1877, aproveitando parte da cantaria para a nova obra²⁶, para viadutos da Conceição e do Figueiredo.

Na demolição encontramos singular diferença de cimentos e modos de construção: todos os materiais da 2ª época (1756/1767) eram de fraca consistência, oferecendo pouca solidez. Os da primeira (1630/1646) eram fortes tão bem tramados e a argamassa tão resistente, formando um só corpo com a pedraria, que foi preciso empregar o fogo para desfazer as paredes, bem como a picareta e o alvião para as abóbadas do andar térreo, que eram de tijolo umas, e outras (capela e portaria) de cantaria lavrada em painéis.

Foi um completo vandalismo a destruição d'este mosteiro, a que nos havemos de referir com mais minuciosidade e não nos consta que uma só voz se levantasse em favor do monumento, que os poderes públicos tinham obrigação de respeitar.”²⁷

Pinho Leal, amigo pessoal de F.Guerra, dá algumas achegas para esta história talvez fornecidas pelo seu amigo. Pensamos que na realidade nunca terá visto

²⁵ GUERRA, Figueiredo, *Arquivo Viannense*, pp.57/58.

²⁶ Noutro lugar e manuscrito, F.da Guerra informa que parte dessa mesma cantaria foi para a construção da igreja de Santo António. AMVC, *Fundo não classificado de F.Guerra*.

²⁷ GUERRA, Figueiredo, *Arquivo Viannense*, . p.58

o edifício de quem diz: “ Este magestoso edificio ficou incompleto. A vasta Igreja ostentava as suas colossais paredes apenas a meia altura; por isso o refeitório servia de capela aos cônegos regrantes e depois ali se venerou a Senhora dos Remédios.

O convento foi totalmente arrasado, - e não com pequeno custo em razão da extraordinária solidez das suas argamassas – no ano de 1876, para a estação do caminho de ferro, expropriando-se também para o mesmo fim parte da cerca, anteriormente cedida com o mosteiro ao Regimento de Infantaria n.º3. estacionado em Viana.

Na demolição não se encontrou a lápide inaugural por se não saber ao certo o ponto onde foi colocada. Deveria estar na soleira da porta principal.”²⁸

TEXTO RECOLHIDO DO FUNDO NÃO CLASSIFICADO DE LUIS FIGUEIREDO DA GUERRA

ARQUIVO MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO – 2006

Transcrição integral e literal de um original datado de 12 de Abril de 1884

“Memoria da sabida dos Padres Cruzios de Vianna.

No anno de 1768, no dia doze de Janeiro fomos notificados por uma ordem do desembargo do Paço, pelo Corregedor da Comarca, para que no termo de oito dias despejassemos o Mosteiro, e no fim d’elles tomasse logo posse do edificio e suas pertencas para a Corôa: o que visto tomamos a resolução de nos recolhermos a Mubia, e esperarmos n’este sitio as Ordens do Padre Geral; a quem logo avisamos por um proprio: eu pedi logo, que queria sair no dia seguinte, por me não achar com animo para ver tantas ruinas e tantas lagrimas.

No mesmo dia em que se nos intimou a ordem, que foi da uma para as duas da tarde, se começou a espalhar a noticia pela Villa, e logo entrou um tropel de gente, espavorido e attonitos com a novidade, querendo certificar-se da noticia, e com gritos e lagrimas protestavam o seu excessivo sentimento, que continuou até alta noite.

No dia seguinte muito de manhã entrou a concorrer infinita gente, que com gritos e gemidos perturbavam os Officios Divinos, etc. cujo concurso continuou em todos os dias sucessivos, em que veio ao Mosteiro todo o povo expressando com

²⁸ LEAL, Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol.10, pp441. O curioso da questão é que parece conhecer-se o que estava gravado na referida pedra (vide *Archivo Vianense*, Viana 1895, p.40)

lagrimas o seu terno sentimento vestindo-se ao mesmo tempo de luto, tanto homens como mulheres, nem pelas ruas se ouviam mais do que gemidos, que retumbavam das cazas e janelas; enfim parecia um dia de juizo. O Coronel Inglez veio logo, por baixo de agoa, ao Mosteiro, e publicando que os Padres eram Sanctos, e que não mereciam tal castigo, do que lbe parecia impossivel ser sabedor S.Magestade, e que nunca vira em Inglaterra privar-se a ninguem d'aquillo que era seu, sem culpa, etc. Rntrou-se logo a despejar todos os moveis do Mosteiro, Igreja e Sachristia, com notavel estrago e roubos, e se conduziu para Mubia, e outra parte para Armazens, que alugamos, parte para o Convento dos Capuchos, até vermos o fim d'esta tragedia. As Communidades se portaram obzequiosas com offertas e visitas, principalmente os Dominicicos, que offereceram uma grande quinta, que tem, para nossa habitação, e a todo o seu Mosteiro para deposito, e junctamente cem moedas.

Os Capuchos nos assistiram com excesso, e muito nos acompanharam 4 leguas, isto é, até Refojos.

Os carmelitas se portaram politicos.

As offertas que nos fizeram de dinheiro foram sem numero; um homem de negocios veio offerecer cem mil cruzados, e de menores quantias, tanto para o commum como para as particulares; não lbe posso explicar, e por isso cá digo que nunca se chorou tanto no mundo por affecto, como n'esta ocasião, e senão houvesse modo de algum horrorozo motim; e todos assentado, que mais nos mostrou Vian-na o seu amor na nossa sabida com lagrimas, prantos e gritos, do que na nossa entrada com Repiques e luminarias, etc. pelo que esteja certo (e peço que publique isto a todos esses Padres) que não devemos estar mal nem desgostarmos do Povo de Vianna, pois lbe devemos o maior affecto e estimação, nem em parte alguma estão os Cruzios em melhor conceito dos Povos, e a culpa que commetteram tres ou quatro, não é justo se impute a um Commum; só me falta dizer que houve perdas de juizo, e totaes ruinas de saude: enfim está toda a Villa na maior consternação que jamais se viu.

Agora aqui nos achamos em Mubia tão apertados, como sardinbas em canastra, e não sabemos até quando deverá esta prizão, porquanto escreve agora o Padre Geral, que entra em requerimento e pede os documentos, que aqui estão das doações dos Reis dos Mosteiros á Congregação, e tudo o que fôr conducente para o seu bom exito; mas tudo ha-de parar em nada, supposto que todo o povo assenta que se ha-de attender á nossa justiça, por quanto a união de S.Simão, em que se pegou é condição só para nós favoravel, de que podiamos desistir – Porém se isto é castigo do Céu, venha muito embora sobre nós; adoremos os Decretos da Providencia, e beijemos a mão que nos fere. Deus se compadeça de nós, e guarde a V.R. etc. em 2 de Fevereiro de 1768”

“A copia donde transcrevemos a julgamos tirada por D.Gaspar da Conceição (conego de Sancta Cruz de Coimbra) tio do João Coelho de Castro Villasbôas, que m’a emprestou.

Vianna 12 de Abril de 1884

L.de Figueiredo da Guerra ^{“29}

Este texto que Figueiredo da Guerra declara ser cópia de outra cópia não nos parece ter transcrito a totalidade do conteúdo do original. Como atrás referimos faremos aqui alguns comentários apoiados no documento nº 20 da alínea CR.186 do Fundo Monástico do Arquivo Distrital de Braga. É um texto bastante mais extenso que o que serviu a F.Guerra e onde esta “história” está contada. O autor da narrativa é o Padre Caetano de Nossa Senhora da Porta, de S.Simão da Junqueira que em 27 de Março de 1768 relata muito mais acontecimentos, que segundo ele, lhe foram transmitidos. Um dos episódios mais interessantes terá sido o destino da senhora dos Remédios: o Corregedor e outros presentes pretendiam comprar a imagem da Santa ao que o Prelado declarou não estar à venda, nem mesmo permitiria que fosse dada. Iria deixá-la à devoção do povo até que os crúzios regressassem a Viana. Terá então ido para S.Domingos como parece apontar o doc.20 ³⁰.

As várias Congregações segundo se afirma procuraram contribuir da forma que puderam. Os Dominicanos ofereceram a sua quinta de S.Salvador mas foi no recolhimento dos Capuchos que ficou o Vigário e 4 cónegos até entregarem as chaves. Os restantes irmãos seguiram logo para Mohia. Os Carmelitas Descalços foram pelos vistos “*os menos estremosos*”. Os irmãos da Misericórdia e alguns fidalgos disponibilizaram as suas casas e notáveis como Carlos de Araújo Lemos (cavaleiro de Cristo), Luis do Rego fidalgo do Rei e o Doutor Luis Barbosa de Magalhães, além dos seus préstimos, ofereceram dinheiro³¹.

Talvez valha a pena fazer um rápido apanhado sobre os mosteiros anexados a S.Teotónio de Viana, fazendo fé nas narrativas de Frei Nicolau de Santa Maria .

S.Salvador de Paderne – Próximo ao rio Minho a ½ légua de Melgaço terá sido fundado por volta de 1130 pela condessa D.Paterna e algumas acompanhantes. Com elas seguiram sete clérigos que serviriam de capelães. Parece por isso que terá começado feminino ou dúplice.

²⁹ É provável que este texto tenha sido publicado por Figueiredo da Guerra. As indicações que dá nesse sentido são demasiado vagas, não apontando datas. O cálculo que fizemos aponta para 1891 mas as coleções das hemerotecas são muito omissas sobretudo para épocas em que os jornais não eram diários. Fica a nota. AMVC, *Fundo não classificado de Figueiredo da Guerra*.

³⁰ ADB, *Fundo Monástico*, CR-186, doc.20. Sabemos por F.Guerra que aquando da demolição a imagem foi para Monserrate. Terá então regressado à sua casa transformada em hospício?

³¹ Idem, *Ibidem*.

Santa Maria de Mohia – Situado no concelho de Ponte da Barca a ½ légua da vila. Terá sido fundado por Godinho Fafez, de Lanhoso, nobre e rico homem de Afonso VI de Leão. A carta de couto foi passada ao mosteiro em 1103, quando era prior D.Ramiro Fafez o seu primeiro prelado.

S.Martinho de Crasto – ½ légua distante do mosteiro de Vilanova de Mohia. Fundou-o o ilustre fidalgo senhor do lugar de Crasto D.Onerico Soeiro devoto de S.Martinho de Tours. A sua fundação será de 1140. Os cónegos foram para lá enviados por D.João Peculiar, arcebispo de Braga (que era cónego de Santa Cruz de Coimbra e donde partiu igualmente o primeiro prior D.Domingos Paez).

S.Simão de Junqueira – Vila do Conde

Julgado de Faria, termo da Vila de Barcelos a ½ légua de Vila do Conde, entre o rio Ave e o Deste, no arcebispado de Braga e coevo da sua restauração. Quando foi votada a sua extinção em favor de Viana estava há 12 anos unido ao mosteiro de Moreira da Maia. Antes e desde 1594, quando falecera o seu último prior perpétuo o Dr.António Martins, estivera anexado a Santa Cruz de Coimbra. Os cónegos foram extintos em 1770 por Breve de Clemente XIV em 4 de Julho de 1770 com o Real Beneplácito de 6 de Setembro do mesmo ano.

É incerta a data da sua fundação mas atribui-se a 1072. Restaurou-o D.Arias Arcediago, por ordem do arcebispo D.Pedro. Tudo isto é bastante nebuloso por se remeterem as suas origens à informação dada por certo breviário mandado fazer pelo abade de Santa Olaia de Rio Covo e a prazos antigos ainda em latim.

O conde D.Pedro (da Genealogia Portuguesa) dá como fundador Paio Guterrez que terá vindo em 1080. Foi assim como a sua descendência benemérito e padroeiro. Um dos primeiros priores de Junqueira terá sido D.Paio Garcia a quem foi feita a doação da igreja de S.Simão³².

Figueiredo da Guerra deixou-nos ainda um relato feito pelo seu próprio punho dos actos finais referentes à demolição do mosteiro. É dele de resto o desenho pormenorizado da fachada e as plantas, provavelmente inéditos e únicos. Aqui fica a narrativa assaz curiosa, contada pelo próprio, interveniente e que merece por isso ser tornada pública.

Pela expropriação foi o refeitório e portaria desaparecidos onde estava a capela da Senhora dos Remédios e a Irmandade levou tudo para Monserrate. No chão da referida capela improvisada³³ ficaram à vista restos humanos ao abandono.

³² *Crónica da Ordem*, Liv.VI, 1ª parte, p.311, COSTA, Américo, *Dicionário Chorográfico*, Vol,VII, pp.1465, AMVC, *Fundo não classificado de F.da Guerra*.

³³ Parece que a Capela tinha sido instalada numa dependência anexa à Portaria, pois o mosteiro ficou inacabado e nunca teve verdadeiramente um igreja. AMVC, *Fundo não tratado de Figueiredo da Guerra*.

O local serviu de retiro de gado. Chamaram-se as autoridades civis e eclesiásticas e procedeu-se à exumação das ossadas da capela. Pelo calçado identificaram-se como militares e enterrados há menos de um século. Isto durante o tempo em que foi hospital militar até 1848. Estavam com os pés para o altar, a capela estava a nascente/poente³⁴. O presidente da Câmara e funcionários do Concelho, Juiz da Confraria, o feitor da Casa de Camaride e dois pedreiros foram chamados e quando Figueiredo da Guerra chegou tentavam levantar a pedra do carneiro³⁵ que existia na dita portaria, para se continuar a demolição do resto da construção.

Com dificuldade se levantou a enorme pedra e viu-se um caixão de pinho *“de tampa de armario, como se usa já n’esta cidade e que parecia fora forrado de velludilho de algodão: a tampa estava aberta e quebrada talvez por queda da pedra que nela estava. Levantaram-na e encontraram uma camada espessa de cal viva em massa compacta e que estava colocada no lugar das visceras do cadaver”*³⁶. Pelas tibias, iliacos e craneo era *“de tamanho mais que regular. As tibias estavam corroídas pela humidade – estavam escuras e o craneo também pelo que se carregava abatia”*³⁷.

“Um espadim de aço com cabo de marfim e guarda de metal amarello com o comprimento total de 0,40 mas completamente oxidado, desfasando-se ao limpá-lo; duas pyramides de pao uma com o resto d’uma franja de setim vermelho e orla de torçal verde, restos das borlas da banda e duas esporas de aço bem trabalhadas ainda conservadas levam-nos a crer que pertenciam a este gigantesco cadaver que com custo cabia no sepulcro a algum cavalleiro Professo na Ordem de Aviz, enterado aqui antes de 1823.

O calçado pelo couro que resta eram botas de cano de altura de 0,2 e o salto largo de prateleira pelo todo se vê que eram novas e muito bem acabadas.

*Dos livros da Confraria nada consta. Perguntei ao Padre Franco e me disse que em 1823 fôra algumas vezes substituir o Padre Capellão do Hospital Militar (Infantaria 9) então alli quando ía com licença e já existia o tal carneiro. D. José da Purificação disse-me que fora Procurador do convento de Refoyos em 1824 e viera algumas vezes³⁸ a este que pertencia ao de lá e nada sabia a tal respeito. Resta examinar o Livro de Óbitos³⁹. Era voz pública que existira ali enterrado um general. Ao levantar o fundo do caixão achou-se um pedaço de craneo antigo que era provavelmente de frade e que ficou alli ao limpar o carneiro”*⁴⁰.

³⁴ Como seria de esperar apesar da improvisação.

³⁵ Local de enterramento dos abades ou priores. Nas casas monásticas este carneiro situava-se vulgarmente no Capítulo. Aqui provavelmente não chegou a haver Casa Capitular.

³⁶ AMVC, *Arquivo não tratado de F. Guerra*.

³⁷ Idem, *Ibidem*.

³⁸ A expressão não se encontra escrita, mas faz sentido o acrescento.

³⁹ Em um outro lugar F. Guerra conclui que também ali nada constava. Permaneceu o mistério.

⁴⁰ AMVC, *Arquivo não tratado de F. da Guerra*.

Foram as últimas cenas do mosteiro de S. Teotónio de Viana contadas por quem as presenciou e antes que o pano descesse definitivamente sobre aqueles retalhos de vida. Em Agosto de 1877 desaparecia totalmente. O final do século apontava o progresso personificado no caminho de ferro, meio de transporte, mas sobretudo meio de difusão de ideias. A velha pedra foi esquecida e reutilizada na estação mas sobretudo “*dada para a construção da igreja dos Terceiros Franciscanos junto a Santo Antonio*”⁴¹. No seu lugar ergueu-se o projecto de Alfredo de Sousa concluído em 1882⁴².

Parece imperar ali o espírito dos cruzios no seu perfil clássico. Pura ilusão, a coincidência deve-se ao gosto da época, o neoclássico, que foi, embora de forma fugaz, expressão no Portugal filipino. Já ninguém se lembra da casa devotada a um Deus espiritual trocada pela veneração do deus material do consumo, plasmado no centro comercial que indiferente e pomposo ocupa a antiga cerca dos Cónegos Regulares de Santo Agostinho. A estação erguida em honra de um novo deus, o Progresso do século XIX, que pretendia substituir aquele Outro parece também diminuída e deslocada perante a nova orientação. Ironias do destino ou a marcha inexorável do Tempo.

DESPACHO RÉGIO QUE ORDENOU A EXTINÇÃO DOS CRÚZIOS

“Dom Joze por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor da Guine etc. Faço saber a vós Corregedor da Comarca de Vianna, que havendo resposta ao que na petição de que a copia vai adiante me representarão Manuel Affonso Piquito, Luis Affonso Guinol e outras mais pessoas da freguesia de Aeioza do termo dessa dita vila de Viana e visto o que me representarão, informação que sobre ella se ouve pelo Provedor dessa Comarca, ouvindo os officiaes da Camara da mesma vila e aos suplicados Padres Cruzios, e resposta do Procurador da minba Real Coroa, a quem de tudo se deu vista, hei por bem e vos mando, que logo notifiqueis aos suplicados Padres Cruzios de Santo Theotonio para que despejarem a caza ou convento, em que se achão intruzos no preciso termo de oito dias, que lbe assignareis, e findos elles tomareis posse por parte da Coroa do edificio e suas pertenças, visto achar-se construido contra as clauzulas da licença do Senhor Rey D. Henrique e sem purificarem as condiçoens com que lbe foi concedida no Alvara de vinte e hum de Janeiro (?) de 1627 e consequentemente sem authoridade regia e de assim o haveis cumprido me dareis conta logo pela Meza do meu Dezembargo do Passo por mão do escrivão da minba Camara Francisco Joze da Costa de Sotto Maior: cumprio assim: El Rey Nosso Senhor o mandou pelos Ministros abaixo assinados do seu Concelho

⁴¹ Idem, *Ibidem*.

⁴² CALDAS, João Vieira, GOMES, Paulo Varela, *Viana do Castelo*, Editorial Presença, Lisboa, 1990. p.86

*e seus Dezembargadores do Paço: João da Costa de Souza a fez em Lisboa a 23 de Dezembro de 1767 // Estevão Pinto de Moraes a fez escrever // António Joze de Affonseca Lemos // Joze Ricalde Pereira de Castro // por despacho do Dezembargo do Paço de 22 de Dezembro de 1767.*⁴³

Como curiosidade fica a informação que neste mosteiro de S.Teotónio existia naturalmente uma biblioteca que na segunda década do século XVII (1616) tinha 62 obras em um ou dois volumes. Dividiam-se por vidas e obras de Santos, Padres da Congregação, reflexões, sermões, salmos, a Crónica da Ordem naturalmente e ainda obras jurídicas (Ordenações do Reino) e Privilégios da Ordem. Este conjunto de livros havia sido legado por D.Miguel de Sto.Agostinho.⁴⁴

Dos desenhos⁴⁵ que Figueiredo da Guerra (AMVC) nos deixou, num trabalho cuidado e pormenorizado, ficamos com uma ideia muito precisa da localização do mosteiro, suas dimensões e ainda a colocação do edifício no terreno então disponível.

A planta topográfica nº1 “*Plano da cerca do convento dos Cruzios e do monte de Santa Luzia, em 1756*” tirado do Livro da Fundação do Mosteiro que estava na Repartição da Fazenda de Vianna, foi feito pelo punho do historiador com minúcia e detalhe. Não sabemos se uma simples (e boa) cópia ou uma recriação a partir de informações escritas (descrição de confrontações). No canto superior direito fala-se em auto de embargo da obra nova e que terá tido como intervenientes além do mosteiro, a marquesa de Terena. Como atrás ficou dito o processo foi tratado pelo pai de F.da Guerra e ficou registado nos livros do tabelião Rocha Paris, depois Malheiro Chação, livro nº1, fls.61⁴⁶. A área era muito acidentada e abrupta, fala-se mesmo num penhasco. Actualmente a encosta parece ter recuado, regularizado que está o terreno apesar de continuar bastante inclinado. Na parte inferior do desenho está assinalado o “*mosteiro de S.Teotónio, horta e penhasco ao norte*”.

⁴³ Este documento parece ser original e encontra-se entre os papéis do arquivo não classificado de Figueiredo da Guerra. Arquivo Municipal de Viana do Castelo.

⁴⁴ ADB, Fundo Monástico, *Cruzios*, CR-186, doc.29.

⁴⁵ AMVC. Estes desenhos fazem parte do Arquivo não classificado de Figueiredo da Guerra.

⁴⁶ Pensamos ser o mesmo que referenciamos logo de início como o 3º Ofício da Comarca de Viana

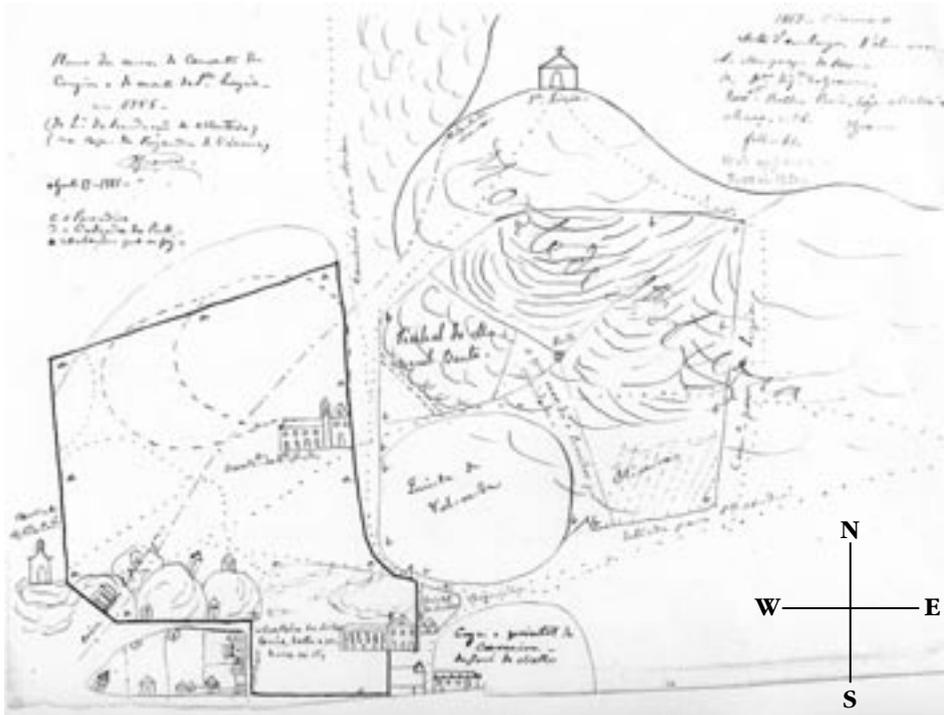


Figura 1

O desenho nº2, à escala de 1/500 mostra a planta da área que se construiu. Como se disse o mosteiro não passou de um projecto que com mais recuos que avanços se ficou pelo que o registo mostra: à esquerda o edifício monástico composto por dois corpos, um a poente, com 12,90m de largo em ângulo com uma fachada, a sul de 48 m. Parece que esta ala ou parte dela (o que ficava a poente) seria da fábrica do século XVIII: dormitórios e oficinas servidos por corredores internos e “*a soberba escadaria que servia os pisos*” À direita a imponente igreja de 30 metros de frente ficou-se pela linha média⁴⁷. Não se conhece a intenção futura da cobertura, mas provavelmente iria ser de abobadada de berço “*com paineis*” como adianta F.da Guerra referindo-se às respectivas da portaria e da “*capela capitular*”.

⁴⁷ F.da Guerra no *Archivo Viannense* p.42 diz: “...com *magnífica fachada de 15 metros de alçado*..... e seguido ao nascente pelo frontespício da igreja...” Entenda-se que a fachada da igreja ficava para nascente relativamente à ala sul do mosteiro, ficando todo o conjunto virado para sul.

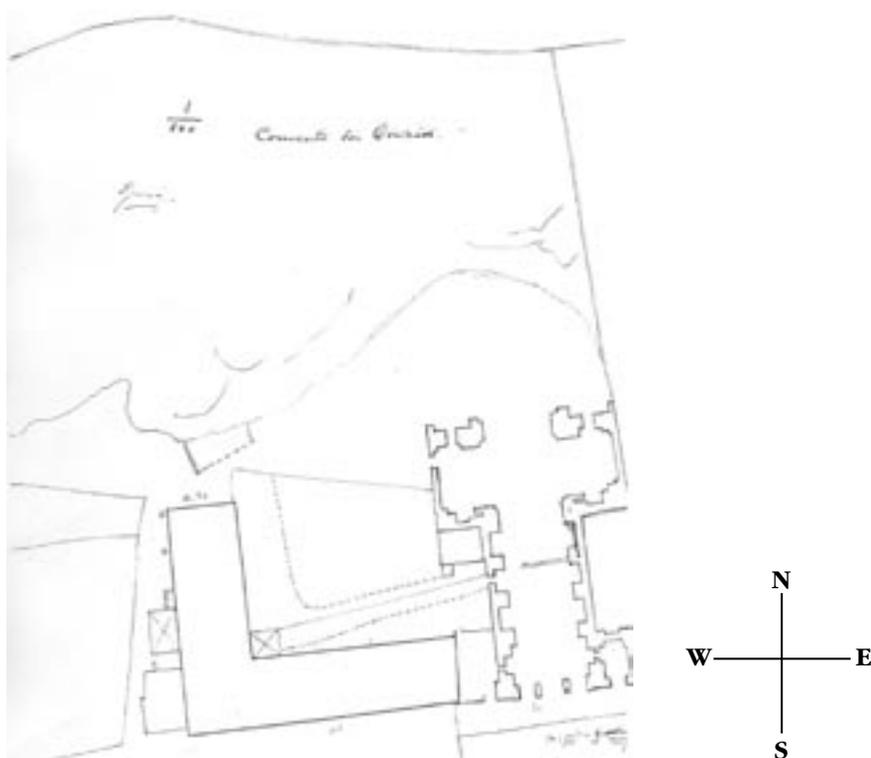


Figura 2

Estes “painéis” eram concertiza caixotões. Vê-se nitidamente a robustez da construção projectada, que o autor fez notar quando conta as vicissitudes da demolição, separando aquilo que considerava o primitivo estaleiro do posterior, no século XVIII. Também aqui houve a tentativa de continuar a obra, não só pelas “paredes colossais do corpo da igreja” que eram da centúria de 700, como pelo desejo de fechar um caminho público para projectar a cabeceira que em 1757 se ficou pelo arranque. Ficamos sem saber a sua volumetria. No entanto a avaliar pela igreja dos Agostinhos de Vila Viçosa, mais ou menos coeva, poderia ter sido larga (com a envergadura da nave) mas pouco profunda. O encontro do transepto com a capela mór seria como em Vila Viçosa feito por grossos pilares ou mais precisamente pilar com duas pilastras adossadas ortogonalmente, deixando no entanto a aresta livre.

Apesar de simplificado o desenho deixa adivinhar algo como isto. Infelizmente a legenda reduz-se ao hipotético lugar da pedra angular que não foi encontrada. A planta no entanto fala por si: orientada norte/sul, com uma só nave, capelas que não parecem ser comunicantes e com uma fachada não simétrica – há um acrescento para a direita que está contemplado, mantendo-se a continuidade do pano da fachada. Talvez uma capela destinada à relíquia de S. Teotónio para veneração

popular (tem uma porta para o exterior). O desenho mostra também que a parede nascente do templo fechava o espaço conventual. Não há qualquer ligação ao exterior, ao contrário, do lado poente existiram várias acessibilidades para a vida comunitária. Nos topos norte do transepto estão marcadas duas aberturas que poderiam vir a ser dois altares, como em Vila Viçosa ou um deles de acesso à sacristia. O cruzeiro viria a ser coberto, provavelmente, com uma cúpula talvez poligonal devido aos cortes dos quatro pontos de apoio.

O plano nº3 é outra planta executada num papel de seda fino e muito gasto. Complementa o desenho anterior, dando mais algumas informações: a definição do claustro a poente e algumas dependências, na fachada sul como a capela da Senhora dos Remédios, na portaria, o queria dizer num anexo a esta que era o refeitório e orientada como seria normal, de leste para oeste. No ângulo dos dois corpos (sul/poente) a indicação da escadaria monumental que subiria aos dormitórios no andar sobradado. À direita da fachada da igreja, aquilo que nos levou a pensar ser uma pequena capela, surge aqui de forma compacta a indicar que o projecto não se efectivou, estando aquela dependência transformada num brutal maciço de 8 metros. Este esquema é coevo da demolição (1877). Segundo a escala as paredes exteriores teriam 1,50m de grosso para 0,90m das interiores.

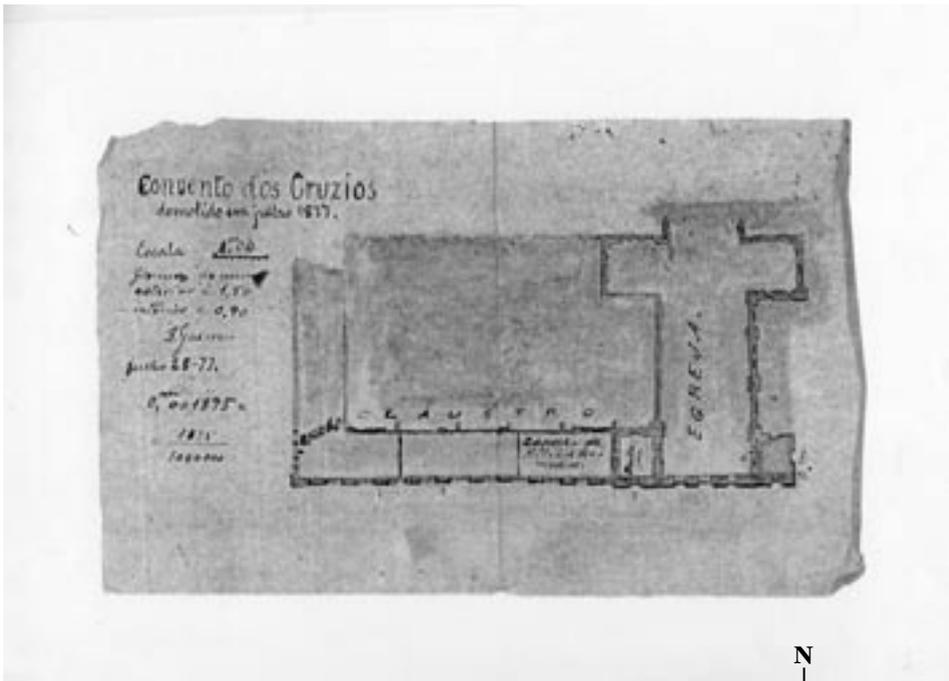
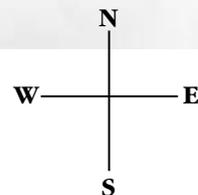


Figura 3



O desenho nº4 dá-nos uma panorâmica perspectivada do conjunto algum dia construído. O corpo do edifício monacal de tipo clássico, com linhas marcadamente horizontais, dividido assimetricamente por um entablamento que correria toda a fachada, dobrando o ângulo de sul / poente. Dez fiadas de janelas em ritmo regular sobrepõem-se em três pisos⁴⁸. Houve clara intenção de demarcar o último com o referido entablamento. As janelas diminuem de dimensão a partir do piso térreo, no sentido ascendente. Parece delinear-se aqui uma concepção das três ordens clássicas. Os ornamentos reduzem-se ao cunhal (sul/poente) revestido por uma pilastra de cantaria que corre ao longo dos 15 metros de altura do edifício rematada no alto por um pináculo. Descendo vai encontrar-se com um rodapé alto a dar continuidade às bases das pilastras duplas da fachada da igreja. Parece haver uma simples porta que quebra a monotonia deste pano rebocado. Vendo a planta não existe correspondência, levando a crer ser apenas um defeito no desenho. A estrutura elegante na sua singeleza teria como finalidade não entrar em choque com a construção principal, a do templo. O conjunto pretenderia impressionar pelo monumental e erudito em detrimento do decorativo.

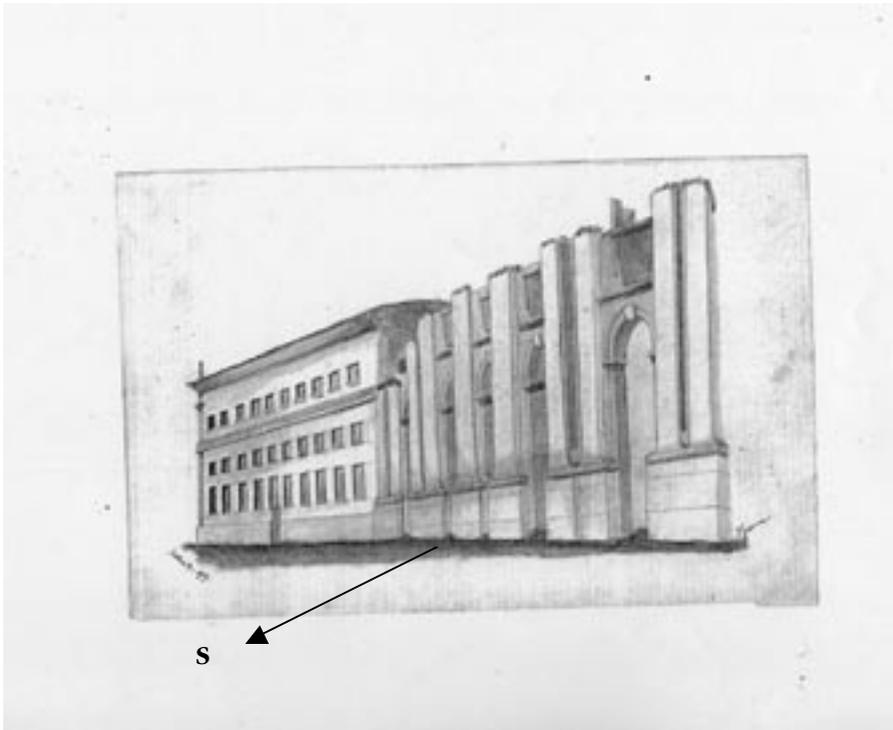


Figura 4

⁴⁸ Curiosamente F.da Guerra declara que existiam apenas dois pisos (*Arquivo Viannense*, p.42)

A fachada da Igreja voltada a sul é muito peculiar, embora Viana tenha sido palco de um ciclo de obras de grande erudição no vocabulário decorativo e tipos de fachada.⁴⁹ Estamos na terceira década de 600 em pleno período filipino. A construção parece erudita de tipo clássico e monumental, despojada de ornamentação, própria do fugaz ciclo classicista do reinado de Filipe II⁵⁰(1598/1621) . Sua contemporânea a Igreja do mosteiro do Carmo mostra uma fachada de tipo chão mas já com acrescentos subsequentes. Da mesma época, mas muito modificada, a igreja do convento de Santo António deixa no entanto adivinhar que tal como a anterior nada tinham a ver com o projecto dos Agostinhos. Em algum lugar da Crónica há um apontamento que diz ter sido chamado para o risco o “*arquitecto del’ rei*”⁵¹ (Filipe III - 1621/1640) que era Luis de Frias falecido em 1641⁵². A acrescentar o cronista regista que se procedia em simultâneo às obras de S.Vicente de Fora, de resto responsáveis pela paralisação das obras no mosteiro de Viana e pela exaustão dos cofres monásticos. Dois factores que se concluem num terceiro e que até ao momento não terá ocorrido a ninguém porque ninguém viu qualquer esboço da referida obra – a sensação do “*déjà vu*”. Apesar de incompleta salta à vista uma concepção inspirada no projecto lisboeta. Ambas as fachadas com cinco tramos, teriam três portas abertas em altíssimos vãos e ladeados por pilastras duplas, de grande ressalto as de Viana, a terminarem no rodapé alto que mantinha a unidade da base (neste aspecto muito mais próximo da edificação jesuíta da Sé Nova de Coimbra). Foi pena ter ficado pelos balcões do que seriam as janelas, ou seriam edículas? O que parecem ser janelões laterais estariam destinados ser simples arcos cegos? A cobertura seria de berço com caixotões? Uma certeza porém é que a decoração interior e exterior ficaria reduzida aos acidentes arquitectónicos da construção. As perguntas só terão resposta se algum dia aparecer a planta. Há apesar de tudo alguns problemas de difícil resolução: o apontamento artístico que nos restou da fachada de S.Teotónio apresenta uma evidente desarmonia decorativa. São gritantes as diferenças entre as pilastras, ao ponto de ficarem dúvidas no equilíbrio visual. Pensamos que o desenho é cópia fiel do original. De F.Guerra ficamos com a ideia de ter sido pessoa pouco dada a fantasias. Era homem de leis e dos seus estudos sobressai o rigor e a preocupação com a verdade.

Em S.Vicente de Fora trabalhou um outro Frias, também arquitecto, Teodósio Frias⁵³. Estaria destinado a colaborar em Viana? O traçado da Igreja foi concertado feito por alguém que conhecia bem o trabalho e orientação de Herrera, Terzi ou Baltazar Álvares, embora a concepção interna divergisse em absoluto: o transepto de Lisboa era já uma nova ideologia integrado que está no eixo longitudinal do

⁴⁹ CALDAS, João Vieira, GOMES, Paulo Varela, *Viana do Castelo*, Edit. Presença, Lisboa, 1990,p.55

⁵⁰ Idem, *Ibidem*.

⁵¹ *Crónica da Ordem*....., Liv.VI, 1ªparte, pp.343 e seguintes.

⁵² CALDAS, João Vieira, GOMES, Paulo Varela, *o . c.*, p.65.

⁵³ *História da Arte Portuguesa*, vol.II, Circulo dos Leitores, Lisboa, 1995, p. 379

corpo do edifício e as capelas da nave, comunicantes, anunciam a nova doutrina reformista. S.Vicente de Fora foi pelo menos fonte de inspiração e ter-se-á perdido um tesouro. A cegueira e a estupidez filhas da ignorância deixam pesada herança.

João Vieira Caldas e Paulo Varela Gomes consideraram imaginação romântica a expressão de F.da Guerra: “*na vastidão da sua planta e altura, recorda-nos as ruínas colossais dos impérios asiáticos de outr’ora, como Baalbeck ou Palmira*”⁵⁴. Objectivamente será um exotismo de época mas o que estaria subjacente era a ideia de grandiosidade e vastidão e isso aqueles dois autores não rejeitariam se tivessem tido a oportunidade de observar o desaparecido mosteiro vianense.

Bibliografia e Fontes Impressas

CALDAS, João Vieira, GOMES, Paulo Varela, *Viana do Castelo*, Editorial Presença, Lisboa, 1990.

HISTÓRIA DA ARTE PORTUGUESA (PEREIRA, Paulo, dir.), Vol.II, Circulo dos Leitores, Lisboa, 1995.

OLIVEIRA, Pe.Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Europa/América, Lisboa, 1994.

CRÓNICA DA ORDEM DOS CONEGOS REGRANTES DO PATRIARCA S.AGOSTINHO, Lisboa, 1668.

GUERRA, Luis Figueiredo da, *Archivo Viannense*, Viana do Castelo, 1895.

Fontes Manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Fundo Monástico, Crúzios, CR-186

ARQUIVO MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Fundo não classificado de Luis Figueiredo da Guerra

⁵⁴ CALDAS, João Vieira, GOMES, Paulo Varela, *Viana do Castelo*, Edit.Presença, Lisboa, 1990,p.64.

